



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos, a todas. Com a presença deste Vereador, Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública desta Comissão em 2018.

Esta audiência tem como objeto os seguintes projetos de lei: PL 427/2011, Vereador Quito Formiga. “Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa de uso de ocupação do solo para os eventos beneficentes decorrentes de instituições religiosas e dá outras providências”; e PL 107/2016, Vereador Reis, que dispõe sobre o Orçamento Participativo Eletrônico OP – E nas subprefeituras dá outras providências.

Foram convidados pra participar da audiência: o Secretário Municipal da Fazenda, Caio Megale, ausente; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo; e o público em geral. O convite para participar desta audiência foi publicado no Diário Oficial dos dias 6, 7, 8, 11 e 12 de dezembro, e nos jornais de grande circulação dos dias 7/12/18 *O Estado de S. Paulo*; e 10/12 2018 *Folha de S. Paulo*.

Passemos ao PL 427/2011. As inscrições estão abertas. (Pausa) Não temos oradores inscritos. Estão encerradas as discussões. Não tendo nada mais a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Vou suspender a audiência por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomando a audiência, vamos ao PL 107/2016, do Vereador Reis. “Dispõe sobre o Orçamento Participativo Eletrônico nas subprefeituras e dá outras providências”. O secretário Caio Megale foi convidado, não se faz presente e também não mandou representantes. Contando com a presença do Vereador autor, Vereador Reis, que vai fazer o uso da palavra.

O SR. REIS - Quero cumprimentar o Presidente Jair Tatto, cumprimentar todos os presentes, a TV Câmara que transmite ao vivo a audiência pública, e cumprimentar também aqueles que estão em suas casas que participando desta audiência poderão tomar

conhecimento deste meritório projeto.

Sr. Presidente, o Orçamento Participativo Eletrônico, o projeto está proporcionando uma ferramenta para incentivar a participação popular, de tal forma que a Prefeitura possa, todos os anos, abrir à população a inscrição de seus projetos. Projetos, como: a reforma de uma praça, a melhoria de uma UBS, a melhoria de um posto de saúde, de uma AMA, assim por diante. Até mesmo melhorias para os bairros, para as ruas, ou seja, a população poderá inscrever o seu projeto eletronicamente. Esse projeto vai ser analisado pelos técnicos da Prefeitura e em sendo aceito, havendo possibilidade técnica de execução, vai pra uma plataforma na Internet, na rede mundial de computadores, e poderá receber votos das pessoas por meio eletrônico. O projeto poderá ser votado pelo computador, pelo celular, pelo smartphone, de tal forma que aqueles projetos que tiverem maior votação serão os escolhidos pra serem executados. Com isso nós vamos ter, no território da Subprefeitura, um movimento em que as pessoas que tenham seus anseios, que busquem por melhorias pra seus bairros, poderão ver seu projeto analisado, aprovado e executado pela Prefeitura. É mais uma ferramenta buscando a participação dos cidadãos, incentivando a participação popular e cumprindo o que diz a nossa Constituição: o povo participa do Governo.

O povo participa do Governo justamente através de conselhos, através das audiências, e também poderá participar através dessa ferramenta, do Orçamento Participativo Eletrônico. Se essa ferramenta for aprovada nesta Casa e a Prefeitura realmente sancionar o projeto, poderá haver incentivo, um aumento fazendo com que as pessoas participem e sintam felizes ao ver que seus projetos podem realmente produzir resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero parabenizar o Vereador Reis. Quero dizer que esse formato mais moderno, é uma realidade. Nós, que moramos na periferia, às vezes verificamos obras extremamente inúteis. Eu acho que esse projeto proporcionaria que a população – e o que voltou a ser Subprefeitura - que as Subprefeituras possam participar, de fato, e verificar o que é mais urgente.

Eu queria fazer uma observação. Fui procurado pela Fundação Tide Setúbal e eles elaboraram, vamos chamar de um *software*, que creio é pra escancarar ainda mais as contas do Orçamento. O Orçamento chega na Casa, às vezes, com aquelas contas genéricas, e eles estão propondo um formato muito interessante de descentralização do Orçamento. Estão focando especialmente naquilo que é destinado a todas as áreas das prefeituras regionais. Até comentei com V. Exa., um dia desses, que se chegasse ao ponto de ser por distrito, ficaria ainda mais interessante.

Então há esse compromisso com eles, eu queria até fazer um convite ao Vereador Reis para, no próximo ano, imediatamente, marcar uma audiência pública, trazê-los - não sei qual vai ser a formatação da Comissão de Finanças e Orçamento - independente de eu estar aqui ou não. Que nós tenhamos o compromisso de trazê-los para fazer uma exposição dessa forma mais descentralizada, mais esmiuçada de participação. Eu acho que vai ao encontro do projeto de V.Exa.

Eu quero parabeniza-lo, mais uma vez, pela iniciativa. Eu diria que esta Casa não terá dificuldade nenhuma em aprovar, ou seja, não tem qualquer impacto do ponto de vista financeiro. Pelo contrário, ainda pode vir a melhorar a aplicação dos recursos fazendo economia, e uma economia de verdade, não uma economia dizendo: parei de imprimir o Diário Oficial, economizei tanto. Claro, toda iniciativa que economiza gastos desnecessários nós vamos aprovar. Mas esse projeto não, ele vai fazer com que a população diga o seguinte: a obra não pode acontecer dessa forma. E não apenas aonde vai ser a obra, a população vai participar do ponto de vista de custo da obra. A população passará a entender o que é uma ata de preço, o que é uma tomada de preço.

Enfim, quero parabeniza-lo pela iniciativa. E digo que em Plenário não haverá problema, mas nós ainda não aprovamos, estamos em audiência.

O SR. REIS – O projeto está em pauta pra ser votado no Congresso de Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De hoje? Não! (Pausa) Está na pauta da nossa

Comissão, hoje não, não está.

O SR. REIS – Ainda não foi aprovado aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É porque termina aqui...

O SR. REIS – Coloquei na pauta dos projetos prioritário dos Vereadores pra ser submetido, se for o caso, ao Congresso de Comissões. E se aprovado, eu pretendo seja aprovado em primeira e, obviamente, vamos negociar com o Executivo, conversar com o Executivo para ver se sanciona. Ou seja, se tiver alguma alteração a fazer, em segunda discussão podemos apresentar um substitutivo, mas que o cerne da ideia seja colocado em prática.

Nós temos a experiência do Orçamento Participativo na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Naquele período, eu trabalhava na Secretaria de Governo da Prefeitura de São Paulo, na assessoria do Secretário de Governo Rui Falcão.

Acompanhei muito a questão do Orçamento, a questão do OP. Naquele período, você tinha um dinheiro reservado no Orçamento de forma que as pessoas em seus bairros apresentavam as suas demandas e eram votadas, eram escolhidas, e daquela quantidade de demandas, pra cada região se tiravam duas, três prioridades. Então a Prefeitura acabava por executá-las, dando assim um incentivo à participação da população.

Após o término da gestão do PT, naquele período entrou o Sr. José Serra na Prefeitura de São Paulo, e muito do que vinha sendo feito acabou sendo deixado de lado, uma delas foi à questão do Orçamento Participativo.

É importante que as pessoas participem do Orçamento, que participem não só das audiências públicas, mas que também possam decidir sobre o Orçamento. E pra decidir sobre o Orçamento, tem de ter ferramentas. Então o Orçamento Participativo era uma forma da população participar. Essa proposta que nós estamos trazendo, o Orçamento Participativo Eletrônico também é uma ferramenta pra que as pessoas possam participar. Como nosso mundo cada vez mais está se modernizando – a Internet, redes sociais - esse é um meio de

aproximação das pessoas com o poder público e com os seus representantes, de tal forma que vamos poder ver projetos aprovados e produzindo resultados.

Eu entendo que os Governos precisam buscar modernizar a administração pública. Mas estamos com uma Administração, do ponto de vista da eficiência, muito atrasada. Imagine V.Exa, apresentei uma emenda para resolver um problema de um bairro, lá da Rua dos Pinheiros no Itaim Paulista, os recursos foram pra Subprefeitura no mês de agosto. Passaram-se os meses de agosto, setembro, outubro, novembro... Só conseguiram homologar o processo licitatório no dia 10 de dezembro! E isso após o decreto do Prefeito que congela os recursos, e agora estão numa batalha junto a JOF – Junta Orçamentário-Financeira pra poder empenhar os recursos. Então falta gente na administração pública, mas também falta agilidade. Um caso que você poderia, por exemplo, abrir um prazo de cinco dias, abriram prazo duas vezes, ou seja, perdeu-se muito tempo abrindo prazo pra cada quesito, sendo que poderia abrir um único prazo, e não estaria contrariando a Lei das Licitações.

Então falta preparar os funcionários, falta reciclagem, investir em reciclagem dos funcionários. A Prefeitura não tem tido essa preocupação e o Estado também, o Governo do Estado também. Eu que sou funcionário público do Estado de São Paulo, da carreira dos investigadores, pouco há na formação de investigadores. Você presta o concurso, passa, pega uma arma ponto 40, um distintivo e acabou! Não se investe mais na formação técnico-profissional dos funcionários públicos.

Os governos precisam investir na modernização, na eficiência, na capacitação, na requalificação, mas não têm feito, eles não têm feito a lição de casa.

Então o que a Prefeitura tem de fazer? Por exemplo, a ideia de subprefeituras é excelente, mas nós já estamos num mundo, numa situação tão diferente da do início dos anos 2000, quando houve a implantação das Subprefeituras. Nós temos de caminhar pra um modelo de administração distrital, os distritos estão se transformando em verdadeiros bairros-cidade. As Subprefeituras não dão mais resposta pra dois ou três distritos, consegue cuidar do seu

quintal, mas não consegue cuidar do distrito vizinho. Então há deficiência nas respostas à população.

Do ponto de vista da Administração, há um engessamento de mentalidade, da ideia de buscar respostas mais eficientes pra população. Quando eu digo que nós temos que avançar para um modelo de Administração distrital, quer dizer, se nós temos hoje 96 distritos, teríamos de ter 96 praças de Administração, uma em cada distrito, colocando o poder público mais próximo do cidadão e dando respostas mais eficientes, imediatas.

As pessoas fazem pedidos, ligam no 156, vão a Internet e não têm seus pleitos atendidos. Você pede pra podar uma árvore, leva seis meses, um ano. Onde está a eficiência da Gestão? Você pede pra fazer operação tapa-buraco, leva três, quatro, cinco meses para se tampar um buraco. Com razão o povo reclama. Há ineficiência total quanto às respostas pra população, e eu não vejo o Governo planejando, o Governo investindo pra que as respostas sejam mais efetivas, pra que realmente as respostas sejam imediatas. Eu não vejo uma cabeça pensante, uma cabeça de Prefeito, de Executivo, um secretariado buscando que sejam dadas respostas pra população.

E nós andando, caminhando pela Cidade, vamos nos deparar com lixo, com entulho. A empresa que ganha milhões para limpar a Cidade não consegue limpar... Ah, mas a população joga entulho! Sim, a população vai jogar mesmo, não tem jeito, é questão de educação, educação na escola, educação em casa, uma política de conscientização.

Agora, usar o dinheiro pra fazer promoção pessoal na televisão, como foi o caso do asfalto novo... Foram 30 milhões de reais pra dizer que estavam recapeando ruas. Recapear rua é manutenção, você não precisa botar na televisão, você não precisa pagar 30 milhões. Você já imaginou o que se faz com 30 milhões de reais? Dá pra imaginar quantas pequenas obras, quantas praças seriam reurbanizadas, quantas escadarias seriam reformadas, quantas obras de acessibilidade. E se gastou com a Globo, com a rede social, com a Bandeirantes, com a rede do Edir Macedo, deram grana do povo para eles, para autopromoção falando do asfalto

novos.

Então Presidente nós, que a cada quatro anos somos eleitos – estou no meu segundo mandato -, temos de tencionar mesmo, temos de buscar, colocar na cabeça de quem Governa que é preciso mudar, que é preciso buscar eficiência, que é preciso uma gestão de resultados.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador, pela presença.

Nada mais a tratar, nós não temos nenhum orador escrito.

Está encerrada a audiência pública.
